

Rio Grande do Sul deu o papo: racismo não entra em campo



» GERSON BRISOLARA
Jornalista especializado em comunicação estratégica e institucional, com atuação na cobertura de carnaval e cultura popular brasileira

Acompanho futebol desde meus 5 anos e aprendi que arquibancada costuma revelar muito mais sobre o país do que sobre o jogo em si. Já vi o choro de atletas humilhados por insultos raciais e também o silêncio constrangedor de quem deveria agir. Por isso, quando o Campeonato Gaúcho de 2026 terminou sem nenhum caso registrado de racismo nas partidas, o dado chamou atenção.

O resultado está ligado ao Protocolo Zero — Fim de Jogo para o Racismo, iniciativa da Federação Gaúcha de Futebol desenvolvida em parceria com a Odabá Associação de Afroempreendedorismo desde 2023. O projeto reúne ações de prevenção, monitoramento e educação nos estádios, com treinamento de profissionais do futebol e presença de observadores preparados para identificar manifestações discriminatórias.

Segundo a própria federação, ao longo de 46 partidas, o Gauchão 2026 terminou sem registros de racismo, resultado atribuído à combinação de vigilância e campanhas de conscientização. É simbólico. Durante décadas, episódios racistas no futebol brasileiro foram tratados como “provocação de torcida” ou “calor do jogo”. Hoje já não há espaço para esse tipo de relativização.

A legislação brasileira também é clara. O racismo é crime inafiançável desde a Lei nº 7.716,

de 1989, e, em 2023, a injúria racial passou a ser equiparada ao crime de racismo. Ou seja: não se trata de falta de educação, mas de violação grave de direitos.

Embora o resultado gaúcho seja positivo, o cenário nacional ainda preocupa. Num país onde o futebol mobiliza milhões de torcedores e ocupa lugar central na cultura popular, episódios de racismo nos estádios têm impacto muito além das quatro linhas.

Dados do Observatório da Discriminação Racial no Futebol mostram que os registros de racismo cresceram nos últimos anos. Levantamento divulgado em 2025 apontou mais de 130 casos apenas em 2023, o maior número desde o início do monitoramento, envolvendo jogadores profissionais, categorias de base e torcedores.

Outro estudo analisado pelo Instituto Claro indica que, embora o número de casos tenha diminuído nas últimas décadas, as punições ainda são brandas em muitos episódios. Em outras palavras: o racismo diminui quando há fiscalização e responsabilização, mas a impunidade segue sendo obstáculo.

É justamente nesse ponto que iniciativas como o Protocolo Zero ganham relevância. O projeto gaúcho não se limita a reagir depois da agressão. Aposta na prevenção. Antes mesmo do início da temporada, árbitros, delegados de partida e representantes dos clubes participaram de reuniões técnicas para discutir como identificar e interromper manifestações racistas.

Além disso, a presença de observadores de intolerância nos estádios cria um ambiente permanente de monitoramento. Quando o torcedor percebe que há vigilância e que o tema está sendo tratado com seriedade, o comportamento coletivo começa a mudar.

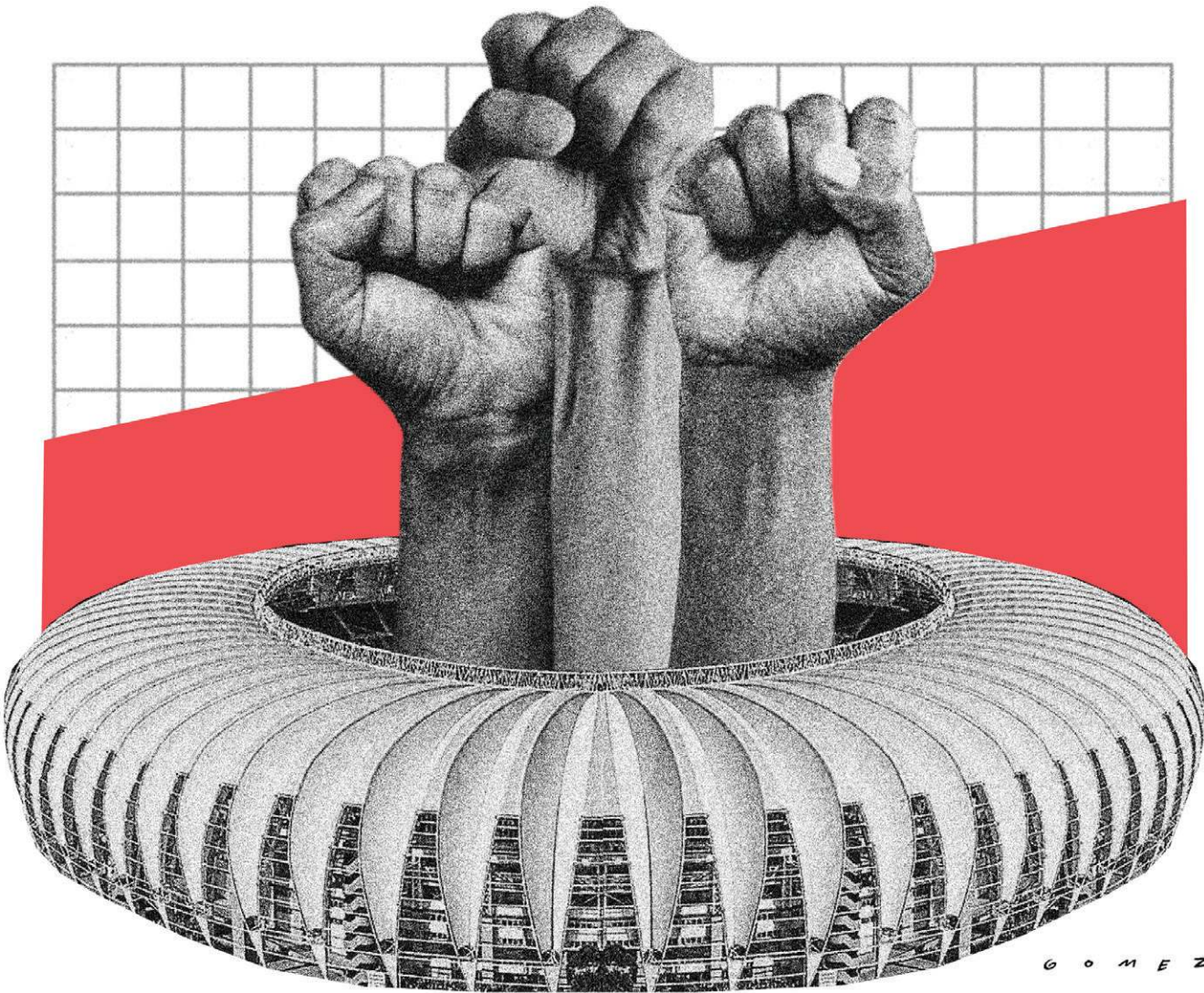
O movimento gaúcho também acompanha uma tendência mais ampla no futebol mundial. A Fifa e a Confederação Brasileira de Futebol passaram a adotar protocolos mais rígidos para enfrentar o racismo dentro de campo.

Entre as medidas, está o gesto do “X” com os braços, que permite aos jogadores denunciar manifestações racistas durante a partida. A partir desse sinal, o árbitro deve seguir um protocolo escalonado: interromper o jogo, emitir aviso pelo sistema de som do estádio e, se os atos persistirem, suspender ou até cancelar a partida.

Em fevereiro de 2026, o atacante brasileiro Vinícius Júnior, do Real Madrid, foi alvo de ofensas racistas em partida da Liga dos Campeões da Uefa contra o Benfica no Estádio da Luz. O jogador relatou ter sido chamado de “macaco” pelo argentino Gianluca Prestiani, e torcedores também fizeram imitações racistas. O protocolo da Uefa foi acionado e o jogo ficou paralisado por cerca de 10 minutos. Foi o 17º episódio de racismo contra o atleta em aproximadamente dois anos. A lógica é simples: se o racismo interrompe o espetáculo, o futebol precisa reagir com firmeza.

Nesse cenário, o exemplo gaúcho chama atenção justamente por apostar na prevenção. Enquanto o protocolo internacional prevê parar o jogo, o Protocolo Zero busca impedir que ele sequer precise parar.

Ainda é cedo para falar em transformação definitiva. O racismo segue presente na sociedade brasileira e, inevitavelmente, também no esporte. Mas o Gauchão de 2026 mostrou algo importante: quando instituições esportivas assumem responsabilidade e transformam discurso em prática, o futebol pode começar a virar o placar de situação que já demorou demais pra acabar.



Palavra de candidato



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Flávio Bolsonaro afirmou que não participaria do debate com Lula promovido pela TV Bandeirantes. Palavra final. Horas depois, voltou atrás. Afirmou que iria. Ele também fez pesadas críticas ao projeto que termina a escala de trabalho 6x1. Mas também voltou atrás. Votou a favor. A palavra de candidato não vale muito. Ou quase nada. Lula promete mundos e fundos. Até esquecer a dívida de microempresários com o Fisco. Anistia inesperada. Vale tudo na corrida pela vitória. Estelionato eleitoral para todos os gostos.

Eleição promove essa falta de compromisso. O papel aceita tudo. E os discursos são fantasiosos. Todos contêm fórmula mágica para gerar empregos, reduzir a inflação e promover a felicidade geral. Mas não é fenômeno brasileiro. Empresários de alto coturno, nos Estados Unidos, estão avisando, individualmente, aos eleitores que, se votarem a favor dos Republicanos, receberão um cheque de US\$ 5 mil. Generosidade específica. Vote no fulano e ganhe dinheiro.

Quem acompanha o noticiário internacional sabe que Donald Trump é um trapalhão. Não mede consequências, não avalia o cenário e comete arbitrariedades que fazem os fundadores dos Estados Unidos se revirem nos respectivos túmulos. Nesta semana, ele decidiu desconhecer o embargo econômico que ele mesmo decretou contra a Rússia. E começou a

comprar petróleo de Moscou. E mais: disse que Volodymyr Zelensky deve ser substituído no governo da Ucrânia. Tudo isso porque sua decisão de fazer guerra contra o Irã foi um tremendo tiro no pé. O adversário fechou o Estreito de Ormuz e provocou inflação no mundo inteiro — especialmente nos Estados Unidos.

A solução de improviso foi esquecer que a Rússia era adversário e comprar o produto ofertado pelo antigo rival. Petróleo mais barato pode diminuir o preço para o consumidor norte-americano. Por consequência, Trump passa a ter alguma chance de vitória nas próximas eleições, em novembro, que vão eleger os novos integrantes da Câmara e do Senado. Na atual situação, o dirigente louro, segundo as pesquisas, vai perder a maioria nas duas casas. Pagando os US\$ 5 mil e baixando o preço do combustível, talvez ele tenha alguma chance. Também lá vale tudo para ganhar a eleição. Não é recomendável acreditar na palavra do presidente norte-americano.

Lula, todo brasileiro conhece. Flávio é uma incógnita. É um senador de poucos projetos e reduzida participação no debate político. Ele é candidato à Presidência da República por indicação solitária de seu pai, Jair. Sua candidatura não resulta de acordo entre partidos, nem de decisão autônoma de um conjunto de siglas. Ele é apenas o herdeiro da família. Não carrega com ele nenhum mérito específico, além de ser filho de quem é. Flávio tem contra ele sua atuação na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro a favor das milícias que dominam extensas áreas na Cidade Maravilhosa. Esse detalhe não é segredo para ninguém.

Cláusula de barreira — A eleição geral de 2026 já gerou perdedores, e pouca gente percebeu a enormidade do estrago. A cláusula de

barreira derrubou 12 partidos e duas federações. São eles: Agir, Avante, Democrata, DC (Democracia Cristã), Missão, PCB (Partido Comunista Brasileiro), PCO (Partido da Causa Operária), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro), PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado) e UP (Unidade Popular). As duas federações que não atingiram os requisitos foram: PSol/Rede e PRD/Solidariedade. Segundo a lei, os partidos deveriam conseguir, no mínimo, 2,5% dos votos válidos nacionais para deputado federal, com, no mínimo, 1,5% em nove estados ou eleger pelo menos 13 deputados federais, distribuídos por, pelo menos, nove estados. Os partidos que não atingiram esses requisitos perderam o acesso aos recursos do Fundo Partidário e à propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão. O partido não é extinto, nem os parlamentares eleitos perdem seus mandatos. A vida dessas siglas se torna mais difícil, porque foi fechada a torneira do dinheiro fácil originário do governo federal.

Festas — O inacreditável Daniel Vorcaro revelou-se um novo rico de almanaque. Tentou encomendar o vinho francês Romanée-Conti para recepcionar seus amigos importantes do governo federal e as 20 meninas convidadas para a confraternização. Esse vinho é uma preciosidade. Safras recentes atingem preço, por garrafa de 750 ml, entre R\$ 60 e R\$ 120 mil. Em safras antigas, seu preço pode chegar a um milhão de reais por garrafa. A safra de 1945 teve garrafas vendidas por R\$ 4,5 milhões. O audaz empresário queria encomendar 300 unidades. Disse ao perplexo vendedor que o povo brasileiro pagaria a conta. Nisso ele acertou. É o dinheiro dos aposentados e pensionistas de todo o país no qual ele passou a mão.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

A conta do 6x1 ou o conto do vigário

Na última quarta-feira, o Senado aprovou por 75 votos a 1, em dois turnos, a PEC que extingue a escala 6x1 e reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas, sem redução de salários. A transição prevê jornada de 42 horas dois meses após a promulgação e de 40 horas um ano depois. Um placar quase unânime contrasta com a ausência de estudo de impacto consensual: a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lamentou que a votação tenha ocorrido sem debate aprofundado com a sociedade, e economistas, mesmo os que simpatizam com o objetivo, advertem que a fatura chegará a empresas, consumidores e ao próprio trabalhador. Este texto reúne o que se sabe até aqui. Todas as cifras são projeções, não perdas já verificadas, e variam conforme as premissas de produtividade e repasse de custos.

Na prática

A mecânica é simples: paga-se o mesmo salário por menos horas, e a hora trabalhada fica mais cara. Daniel Duque, do FGV Ibre, estima alta de cerca de 9% no custo da hora. José Pastore vai além: a segunda folga remunerada elevaria a folha em 9,1%, e a redução para 40 horas, outros 9,1%, num acumulado de 18,2%. Entidades como CNI e CNC (Confederação Nacional do Comércio) calculam em 9,1% só o efeito do segundo dia de descanso sobre empregados com carteira. A CNC projeta aumento de até 21% na folha do comércio, o que significaria R\$ 122,4 bilhões ao ano para o varejo e R\$ 235 bilhões para os serviços. A CNI estima que os custos de produção subam até R\$ 267,2 bilhões. Para o varejo listado, estudo da XP, calcula, em cenário sem repasse, perda média de 8% no Ebitda e de 18% no lucro líquido das empresas analisadas.

Menos produtividade

Menos horas trabalhadas significam menos produto, a menos que a produtividade compense. A CNI projeta queda de 0,7% do PIB, ou R\$ 76,9 bilhões. Simulação dos economistas Fernando de Holanda Barbosa Filho e Paulo Peruchetti, do FGV Ibre, aponta retração de até 2,9% se as empresas não conseguirem compensar a redução de horas com ganhos de eficiência. Um estudo técnico do setor industrial divulgado no Paraná fala em recuo de 1,9% no primeiro ano. O problema é que a produtividade brasileira avança devagar: segundo Gabriel Barros, economista-chefe da ARX, o custo unitário do trabalho sobe no curto prazo, e o efeito compensatório levaria de dois a cinco anos para se consolidar. Nesse intervalo, a conta está aberta, e quem paga é a empresa.

Chapéu alheio

Barbosa Filho faz uma distinção que o Congresso ignorou: no mundo, regula-se a jornada máxima, não a escala, que é a forma de organizá-la. Ao engessar a escala por emenda constitucional, argumenta, cria-se “um bando de problemas” que os parlamentares não anteciparam. Medidas desse tipo costumam vir acompanhadas de compensações às empresas, como redução de tributos, mas, desta vez, na avaliação dele, não há espaço fiscal para isso. A conta também chega ao setor público: municípios calculam que a mudança custará R\$ 66 bilhões às prefeituras, que mantêm serviços em funcionamento todos os dias da semana e já operam com orçamentos apertados.

Outro lado

Seria desonesto omitir que há quem enxergue o quadro de forma menos sombria. Duque estima que a produtividade possa subir cerca de 3% e que o maior descanso reduza o adoecimento mental. Renan Pieri, professor da FGV, acredita que os efeitos não serão imediatos e que as empresas ajustarão as operações de forma gradual. Analistas citados na imprensa projetam, com repasse parcial e modernização do varejo, impacto líquido de apenas cerca de 0,08 ponto percentual sobre o IPCA, e o Sebrae adotou tom mais cauteloso do que as confederações patronais ao ver oportunidades para pequenos negócios. Para esse grupo, trabalhadores descansados rendem mais e consomem mais. Os números das entidades empresariais, vale lembrar, partem de cenários em que a produtividade não reage.

Burros n’água

O debate não deveria opor trabalho digno e crescimento, mas a forma como a transição foi desenhada. A emenda à Constituição fixa uma regra única para setores com rotinas muito distintas, concede um ano para adaptação, não traz compensação fiscal e foi votada sem estudo de impacto que reúna governo, empresas e academia. Como a própria tramitação indica que o texto ainda dependerá de lei complementar, há uma janela para corrigir o rumo: transição diferenciada para micro e pequenas empresas e para setores com escassez de mão de obra, regras claras para escalas em atividades contínuas, monitoramento público de emprego, informalidade e preços, e metas de produtividade acompanhadas de crédito e qualificação. Se a medida entrar em vigor sem esses amortecedores, o risco é de que o benefício prometido a 15 milhões de trabalhadores seja corroído por inflação, juros mais altos e vagas que deixam de existir. O problema todo é que, em época de eleições, a realidade cede espaço para o populismo e para fantasias que não destoam muito do conto do vigário.

» A frase que foi pronunciada

“O Brasil é um país pobre que tenta legislar como um país rico. Isso nunca deu certo em lugar algum do mundo.”

Talles Gomes

» História de Brasília

A Câmara dos Deputados perdeu 75 minutos discutindo o projeto revogando a proibição contra lutas de galos. Pois bem. Depois disso, em 45 minutos aprovou 17 outros projetos, muitos dos quais de grande importância. (Publicada em 26/5/1961)